



Ataques em Cabo Delgado e Estado de Emergência deterioram situação dos direitos humanos em Moçambique

Com a intensificação dos ataques terroristas nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, aumentou a violência armada e a militarização da província, com destaque para a Cidade de Pemba. Detenções arbitrárias, raptos, desaparecimentos forçados, torturas e imposição de um recolher obrigatório ilegal são algumas práticas que se tornaram recorrentes nos últimos meses um pouco por todos os distritos afectados por ataques.

Por exemplo, faz hoje dois meses após o de-

saparecimento forçado de Ibraimo Abú Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma. Foi no dia 7 de Abril que o jovem jornalista não mais regressou ao convívio familiar depois de ter enviado, entre às 18H00 e 19H00, uma mensagem aos colegas da rádio informando-os que estava a ser “complicado” por militares. Dois meses depois, a família desconhece o paradeiro de Ibraimo Mbaruco e as autoridades policiais dizem que não têm registo da detenção do jornalista.

Este é apenas um exemplo de tantos casos de desaparecimentos forçados registados em Cabo Delgado. Na noite de sexta-feira, um carpinteiro residente no bairro Paquitequete, na Cidade de Pemba, viu a sua casa a ser invadida por homens que se identificaram como agentes da Polícia e que o acusaram de colaborar com insurgentes. Depois de ser torturado em frente à família, a vítima foi levada numa viatura para um lugar incerto e, até hoje, domingo, ainda não deu nenhum sinal de vida. Aliás, um familiar foi procurar por ele nas esquadras de Pemba, mas a Polícia não tem registo da sua detenção.

Foi no mesmo bairro de Paquitequete onde, no dia 14 de Abril, o jornalista da Stv baseado em Pemba, Hizidine Achá, foi levado à força até uma esquadra da Polícia por elementos da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e do Grupo de Operações Especiais (GOE), também sob acusação de colaborar com insurgentes. Registrar imagens de violência policial contra civis foi o único “crime” que Hizidine Achá tinha cometido. Ficou retido por algumas horas na esquadra e foi obrigado a apagar as imagens no seu telemóvel.

Paquitequete é o bairro onde desembarcam milhares de deslocados que saem de Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe, Quissanga e Ibo à procura de segurança na Cidade de Pemba. As FDS suspeitam a existência de

insurgentes infiltrados entre os deslocados que chegam de barcos após dois dias de viagem pelo mar. Por isso, desde Abril último vigora, entre às 19H00 e 05H00,00H00 um recolher obrigatório ilegal no bairro Paquitequete, declarado pelos agentes das FDS que fazem a patrulhamento.

Nos distritos mais afectados pelos ataques terroristas, a violência policial contra civis suspeitos de colaborar com insurgentes é apontada como sendo a principal causa da falta de confiança entre as comunidades e as Forças de Defesa e Segurança (FDS). Como resultado, a população civil não colabora com as FDS, através da denúncia de presenças e movimentações estranhas nos bairros e aldeias. A falta de confiança entre as FDS e a população favorece o inimigo que, em três meses, atacou e ocupou, com aparente facilidade, quatro sedes distritais, incluindo a vila municipal de Mocímboa da Praia.

Além de desaparecimentos forçados, os distritos afectados por ataques estão a registar um novo fenómeno de rapto de raparigas. Na vila da Mocímboa da Praia foram reportados dois casos: o primeiro ocorreu no dia 22 de Maio, quando supostos insurgentes raptaram pelo menos cinco raparigas, todas menores de idade; o segundo caso foi registado na noite de sexta-feira e três raparigas são dadas como desaparecidas.

Crise humanitária agrava-se e Nações Unidas lançam apelo internacional

Quando as comunidades dos distritos costeiros ainda tentavam recuperar dos estragos causados pelo ciclone Kenneth registado em Abril de 2019, eclodiu uma nova crise humanitária causada pela intensificação dos ataques terroristas nos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe e Quissanga. Aliás, o clima de insegurança, aliado à destruição de pontes na principal estrada (EN 380) que liga a capital Pemba à Palma, no extremo norte de Cabo Delgado, precipitou a retirada de organizações de assistência humanitária que trabalhavam nos distritos. Algumas continuam a operar a partir de Pemba, mas a falta de segurança nos distritos do centro e norte inviabiliza as operações de as-

sistência humanitária.

As Nações Unidas estimam que pelo menos 211 mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas e procurar refúgio em zonas relativamente seguras nas províncias de Cabo Delgado e Nampula. Trata-se de pessoas de todas as idades e que precisam de todo o tipo de apoio, pois muitas estão a ser acolhidas em casas de familiares, amigos ou conhecidos, devido à falta de centros para acomodação de deslocados. Há casas que chegam a acolher cerca de 20 pessoas, situação que aumenta o risco de propagação da covid-19 nas duas províncias que, por sinal, são aquelas que apresentam o maior número de casos diagnosticados.



Créditos: CanalMOZ

O risco de contaminação pelo coronavírus também está presente nos poucos centros de deslocados abertos no distrito de Metuge (situado entre Pemba e Quissanga) e que acolhem 10 mil pessoas. Nestes centros, falta um pouco de tudo, sobretudo comida e tendas. Para responder rapidamente à crise humanitária em Cabo Delgado, as Nações Unidas lançaram esta semana um apelo internacional para a angariação de 35 milhões de euros.

Enquanto isso, as administrações distritais estão a convocar os funcionários públicos, sobretudo professores e enfermeiros, a apresentarem-se nos seus locais de trabalho, perante o elevado risco de novas incursões

dos terroristas. A mais recente convocatória foi feita pelo Administrador de Mocímboa da Praia, Assuede Falume, que deu um prazo de seis dias, contados até 10 de Junho, para que todos funcionários se apresentassem nos postos de trabalho, alegando o restabelecimento de clima de segurança.

Entretanto, alguns administradores dos distritos de centro e norte de Cabo Delgado passam mais tempo na Cidade de Pemba devido à insegurança nos seus locais de trabalho. Por exemplo, o Administrador de Quissanga e os seus colaboradores mais próximos estão a trabalhar a partir do vizinho distrito de Metuge, desde que a vila sede do distrito foi atacada em Abril.

Polícia já matou pelo menos três pessoas durante o Estado de Emergência

O Estado de Emergência que vigora desde Abril, após ter sido prorrogado pela segunda vez, tem sido um momento de deterioração dos direitos humanos, devido à actuação violenta da Polícia.

No dia 19 de Abril, um cidadão de 44 anos identificado por Abdul Razak foi violenta-

mente espancado por dois agentes da Polícia, na Cidade da Beira. Depois da agressão, a vítima foi levada para as celas de uma esquadra pelos próprios agentes e só depois de três horas é que foi socorrida para o hospital, mas acabou perdendo a vida pelo caminho. Abdul Razak foi agredido até à morte



Créditos: Notícias ao Minuto

simplesmente porque criticou a atitude dos agentes da Polícia que estavam a jogar à bola no mesmo local onde tinham dispersado miúdos, alegando violação das medidas de Estado de Emergência.

No 24 de Maio, a Polícia em Lichinga baleou mortalmente duas pessoas quando tentava dispersar muçulmanos que estariam concentrados dentro e fora de uma mesquita a celebrar o fim do mês de Ramadão, sem observar as medidas restritivas impostas pelo Estado de Emergência. A primeira vítima morreu no local do incidente e a segunda veio a perder a vida dois dias depois na unidade sanitária onde se encontrava a receber cuidados médicos.

Abdul Razak e as duas vítimas de Lichinga juntam-se a tantas outras que morreram baleadas ou foram violentadas por agentes a quem o Estado conferiu a responsabilidade de manter a ordem e a segurança dos cidadãos. Os baleamentos constantes e as torturas mostram o quanto a Polícia moçambicana

faz o uso abusivo da violência física contra cidadãos indefesos, em claro desrespeito pelos Direitos Humanos, incluindo o direito à vida.

Ainda esta semana, a Polícia em Chimoio impôs um recolher obrigatório ilegal a partir das 17H00 e recorreu à violência para impedir a circulação de pessoas na via pública, sobretudo nas proximidades de mercados. Há relatos de várias pessoas que, a caminho de casa, foram surpreendidas com o recolher obrigatório e, na tentativa de obter uma explicação, acabaram sendo seviciadas e atiradas para as viaturas da Polícia.

O uso desproporcional da violência para obrigar as pessoas indefesas a respeitarem as medidas impostas pelo Estado de Emergência é condenável a todos os níveis, sobretudo quando a descarga policial termina a perda de vidas humanas. Existem várias formas eficazes que a Polícia pode usar para dispersar pessoas aglomeradas, que não seja necessariamente o recurso a armas de guerra.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO **sahra**

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO **sahra**

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa de:

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Este programa sobre Direitos Humanos tem o apoio financeiro do CESC

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

